



Banco Alfa de Investimento S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais Preparadas de
Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil
Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil**

30 de junho de 2022





BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 CARTA PATENTE Nº1461/1966

SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, intermediárias de 30 de junho de 2022, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo Parecer dos Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco no semestre. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO

Os primeiros seis meses de 2022 serão lembrados pela guerra da Ucrânia, mas o evento mais importante para a economia mundial foi o início da elevação dos juros pelo banco central americano (FED). A Covid-19 passou, como esperado, de uma pandemia para endemia, pelo menos no Ocidente, porque a China manteve a sua política de tolerância zero com a doença e, o que vimos ao longo do primeiro semestre do ano foi o "abre e fecha" de cidades importantes como Xangai e Pequim. No Brasil, os ativos acompanharam a "montanha russa" internacional, com os problemas locais só começando a "fazer preço" mais para o final de junho.

Mal o mundo havia se recuperado do choque de oferta da pandemia da Covid-19 e as projeções indicavam um arrefecimento da inflação nas principais economias mundiais, tivemos a invasão da Ucrânia por tropas russas. Esse poderia ser apenas mais um episódio de truculência do país "herdeiro" do espólio da União Soviética com relação às antigas repúblicas do império soviético, como a própria invasão da Criméia por tropas russas em 2014, se não fosse a inesperada reação dos países ocidentais. Ao contrário do que certamente Vladimir Putin esperava, o seu movimento belicoso para com a Ucrânia, ao invés de causar uma racha na principal organização militar da Europa, a OTAN¹, uniu como nunca nas últimas décadas os EUA e os seus parceiros europeus. O resultado foi a imposição de uma série de sanções que geraram outro choque de oferta, dessa vez no mercado de energia, reavivando os temores de uma espiral inflacionária.

Para piorar a situação, que já parecia bastante ruim, a China manteve a sua política de tolerância zero com relação à Covid-19, ao contrário da maioria do resto do mundo que decidiu conviver com a doença como fosse outra perigosa qualquer. Com isso tivemos o fechamento total de Xangai, a maior cidade da China, e parcial de Pequim, a sua capital. O resultado foi um novo desarranjo nas cadeias produtivas com falta de matérias primas e problemas de logística.

Nesse cenário em que os choques de oferta se sobrepunham e a demanda dava mostras de aquecimento, o FED deu a largada para o seu processo de elevação dos juros em março. Inicialmente, o discurso do BC

¹ Organização do Tratado do Atlântico Norte, na sigla em português.



americano era que a elevação de preços poderia ser controlada por uma política monetária menos expansionista, com a FED Fund (a SELIC americana) não devendo ultrapassar o limite do seu nível neutro (2,5% a.a., segundo o próprio FED). Entretanto, ao longo do semestre a realidade se impôs e, a projeção do mercado de uma taxa ao redor de 2,5% a.a. no final do ciclo em 2023 passou para, pelo menos, 3,5% a.a. ao fim de 2022.

A reação do mercado a esse novo cenário para os juros nos EUA não foi imediata, de modo que, em boa parte dos primeiros seis meses do ano, prevaleceu o apetite ao risco. Entretanto, quando veio, foi forte, com o índice S&P da bolsa americana entrando em *bear market*, fechando o semestre com perdas de 20,6%. Obviamente os mercados no Brasil não ficariam indiferentes a esses movimentos. O apetite por risco que dominou o mundo durante boa parte dos primeiros seis meses do ano favoreceu os ativos brasileiros. Até a guerra da Ucrânia não foi ruim para o Brasil devido ao seu impacto sobre o preço das *commodities*, importante item da pauta de exportação brasileira. Com isso, o Ibovespa chegou a acumular alta de 16% no ano e a real valorização de 17,5%, sem que os problemas locais, como as trocas constates do presidente da Petrobrás, tivessem impactos duradouros sobre os preços dos ativos.

Mas, a correção vista nos mercados internacionais também afetou os preços locais e, no fim do semestre a bolsa brasileira já apresentava queda de 7,9% com relação ao início do ano e o real havia reduzido a sua valorização frente ao dólar para 2,9%. Pesou também para esse resultado, a discussão sobre a PEC 01/2022 que, além de novamente trazer dúvidas com relação a solidez futura da política fiscal brasileira, antecipou de certo modo o debate eleitoral dado o caráter eleitoral da medida denunciado pela oposição.

O 2º semestre de 2022 deverá ser uma continuação do final dos primeiros seis meses do ano, com um agravante, ao cenário externo desafiador deveremos somar à precificação dos ativos locais, os riscos inerentes de uma eleição presidencial extremamente competitiva e polarizada.

SUSTENTABILIDADE ESG

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos ambientais, sociais ou de governança significativos ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o Alfa tem trabalhado para aprimorar a integração da sustentabilidade à sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional e (e) Produtos ESG.

No pilar Responsabilidade Social, fizemos a segunda rodada do programa de aceleração de Organizações Não Governamentais, com a participação da Phomenta e com o auxílio dos colaboradores internos, desenvolvendo soluções eficientes para desafios trazidos por ONGs selecionadas para essa etapa. Nesta rodada trouxemos organizações que atuam em temas relacionados a Diversidade & Inclusão.



Internamente, criamos mais um grupo dentro do pilar de Diversidade, Equidade e Inclusão que trabalhará nas iniciativas relacionadas ao combate ao etarismo e na inclusão do público 50+ juntando-se aos já existentes grupos de trabalho: (a) Grupo Ônix que trata das iniciativas relacionadas a raça; (b) Grupo Pérola que trata das iniciativas relacionadas a gênero; (c) Grupo Cristal que trata das iniciativas relacionadas à orientação sexual; e (d) Grupo Diamante que trata das iniciativas relacionadas aos PcDs.

Também continuamos com a agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando lives com conteúdos relacionados à diversidade & inclusão, saúde e bem-estar.

Quanto ao Alfa Collab – que é o hub de inovação do Alfa - as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios universais enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da Startup no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a Startup passa a fazer parte de nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios dentro de um determinado horizonte de tempo. Também foi criado um Cluster de Impacto que abrigará startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável além do retorno financeiro.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, o Alfa foi coordenador da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Allonda Ambiental Participações S.A.- incluindo prestação de garantia firme e estruturação - de todas as etapas do processo, que culminou não só no sucesso da emissão, mas também em sua classificação como sustainability-linked bonds - "SLB", no volume de R\$530 milhões.

Outras operações também merecem igual destaque:

- (i) Continuamos com as linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos com as quais vínhamos atuando desde o ano passado;
- (ii) Disponibilizamos linhas de capital de giro para concessionárias de veículos com projetos fotovoltaicos;
- (iii) Lançamos uma linha de financiamento de carregadores elétricos em parceria com a Audi do Brasil;
- (iv) Emitimos fianças para debenturistas no valor de R\$50 milhões para projeto de energia eólica da Casa dos Ventos.

Seguimos nossa agenda para termos um segundo semestre ainda mais produtivo, inclusive com a publicação do nosso primeiro relatório de sustentabilidade, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e integridade no ambiente de negócios.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

RESULTADO DO SEMESTRE

O lucro líquido do Banco atingiu no semestre R\$ 49.381 mil (1º semestre/2021 R\$ 40.425 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 6,34% (1º semestre/2021 5,31%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.580.926 mil (inicial de 2021 R\$ 1.542.730 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 557,77 (1º semestre/2021 R\$ 456,61).



Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 13.798 mil (1º semestre/2021 R\$ 11.296 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 310,23 (1º semestre/2021 R\$ 299,89) por lote de mil ações preferenciais e de R\$ 54,35 (1º semestre/2021 R\$ 14,31) por lote de mil ações ordinárias, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras nº 12 letra "b".

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.626.771 mil ao final do semestre (31/12/2021 R\$ 1.580.926 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 18.374,89 (31/12/2021 R\$ 17.857,06).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada pelo Banco Central do Brasil em 03/08/2022, aprovou o aumento do capital social para R\$ 778.180 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 25.956 mil.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,03% (31/12/2021 14,53%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

RATING

O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

- Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.
- Moodys: "NP" para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

RECURSOS CAPTADOS

O volume de recursos captados pelo Banco ao final do semestre atingiu R\$ 21.735.808 mil (31/12/2021 R\$ 22.666.385 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 8.695.742 mil (31/12/2021 R\$ 9.377.751 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.445.219 mil (31/12/2021 R\$ 2.354.922 mil) em captações no mercado aberto; R\$ 8.206.591 mil (31/12/2021 R\$ 8.302.960 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 2.392.235 mil (31/12/2021 R\$ 1.905.366 mil) em empréstimos obtidos no exterior e R\$ 996.021 mil (31/12/2021 R\$ 725.386 mil) em repasses do país.

ATIVOS E EMPRÉSTIMOS

O ativo total alcançou R\$ 24.539.387 mil (31/12/2021 R\$ 24.827.879 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiram R\$ 16.414.198 mil (31/12/2021 R\$ 17.517.467 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 6.360.404 mil (31/12/2021 R\$ 7.306.481 mil), correspondente a 25,9% (31/12/2021 29,4%) dos ativos totais. Representada principalmente por 70,3% (31/12/2021 79,1%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 67,6% (31/12/2021 36,1%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O



Banco manteve a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 4.817.912 mil (31/12/2021 R\$ 4.850.420 mil).

O total da carteira de crédito incluindo repasses interfinanceiros e garantias prestadas, atingiu o saldo de R\$ 9.224.462 mil (31/12/2021 R\$ 8.750.417 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito, demonstrada pela concentração de 99,2% (31/12/2021 99,3%), das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. Os créditos acima de 14 dias atingiram o saldo de R\$ 18.062 mil (31/12/2021 R\$ 28.442 mil). O saldo das provisões para perdas esperadas ao risco de crédito atingiu R\$ 105.149 mil (31/12/2021 R\$ 83.457 mil), correspondente a 1,8% (31/12/2021 1,5%) do total da carteira de crédito, 47,3% (31/12/2021 49,7%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Banco, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 10/08/2022, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2022.



AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Fabio Alberto Amorosino

Diretores

Adilson Augusto Martins Júnior
Antonio José Ambrozano Neto
Camila da Silva Zago

Fabiano Siqueira de Oliveira
Fabio de Sarandy Raposo
Ricardo Mostaert Colin

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 10 de agosto de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Christophe Yvan François Cadier

Conselheiros

Antonio Cesar Santos Costa Adilson Herrero Luiz Alves Paes de Barros
Paulo José Ernesto Coelho

**BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)**

	Nota		
	Explicativa	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO			
DISPONIBILIDADES		57.438	66.264
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		22.406.942	23.190.496
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	10.026.120	10.146.513
Títulos e Valores Mobiliários	4	6.360.404	7.306.481
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	27.674	64.473
Operações de Crédito	6	5.992.744	5.673.029
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6d/e	(105.149)	(83.457)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(189)	(189)
OUTROS ATIVOS	7	1.055.480	556.240
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		102.059	109.405
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS	17	1.015.523	981.607
IMOBILIZADO DE USO		16.653	16.732
INTANGÍVEL		4.243	3.786
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(13.613)	(13.005)
ATIVO TOTAL		24.539.387	24.827.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	Nota		
	Explicativa	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PASSIVO			
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		21.870.842	22.705.236
Depósitos	9	8.695.742	9.377.751
Operações Compromissadas	9	1.445.219	2.354.922
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	9	8.206.591	8.302.960
Relações Interdependências		29.426	16.082
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	3.388.256	2.630.752
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	105.608	22.769
PROVISÕES		7.337	3.704
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	10	7.337	3.704
OUTROS PASSIVOS	11	1.018.055	523.527
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS		16.382	14.486
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	1.626.771	1.580.926
CAPITAL SOCIAL		778.180	752.224
RESERVAS DE CAPITAL		2.800	2.800
RESERVAS DE LUCROS		848.205	838.578
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(1.941)	(12.203)
AÇÕES EM TESOURARIA		(473)	(473)
PASSIVO TOTAL		<u>24.539.387</u>	<u>24.827.879</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

	Nota	2022	2021
	<u>Explicativa</u>		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.167.960	291.879
Operações de Crédito	6g	315.128	135.624
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		813.647	154.827
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5e	(39.731)	25.168
Resultado de Operações de Câmbio		78.916	(23.740)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.080.328)	(186.077)
Operações de Captação no Mercado		(1.050.778)	(217.438)
Resultado com Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(7.858)	30.849
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6e	(21.692)	512
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		87.632	105.802
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		72.863	46.573
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		32.663	26.561
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17	38.278	18.513
Outras Receitas Operacionais	16a	1.922	1.499
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(94.050)	(100.436)
Despesas de Pessoal		(55.035)	(53.574)
Despesas Administrativas	16b	(26.328)	(20.171)
Despesas Tributárias		(7.545)	(7.134)
Outras Despesas Operacionais	16c	(5.142)	(19.557)
DESPESAS DE PROVISÕES		(5.160)	(126)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(5.160)	(126)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		61.285	51.813
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		480	73
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		61.765	51.886
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(12.384)	(11.461)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8	64	(8.295)
Provisão para Imposto de Renda		(997)	(3.611)
Provisão para Contribuição Social		(899)	(2.949)
Ativo Fiscal Diferido		1.960	(1.735)
Participação nos lucros		(12.448)	(3.166)
Empregados		(12.448)	(3.166)
RESULTADO LÍQUIDO		49.381	40.425
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		557,77	456,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO LÍQUIDO	49.381	40.425
Resultado de Avaliação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	10.262	(14.968)
Outros Resultados Abrangentes dos Semestres, Líquido de Impostos	10.262	(14.968)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS SEMESTRES	59.643	25.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2022

EVENTOS	Capital	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2020	725.700	-	2.800	813.190	1.513	(473)	-	1.542.730
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 31/03/2021	26.524	-	-	(26.524)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(14.968)	-	-	(14.968)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	40.425	40.425
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	-	29.129	-	-	(29.129)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(11.296)	(11.296)
SALDOS EM 30/06/2021	752.224	-	2.800	815.795	(13.455)	(473)	-	1.556.891
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	26.524	-	-	2.605	(14.968)	-	-	14.161
SALDOS EM 31/12/2021	752.224	-	2.800	838.578	(12.203)	(473)	-	1.580.926
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2022	-	25.956	-	(25.956)	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :								
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	10.262	-	-	10.262
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	49.381	49.381
DESTINAÇÕES :								
Reservas	-	-	-	35.583	-	-	(35.583)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(13.798)	(13.798)
SALDOS EM 30/06/2022	752.224	25.956	2.800	848.205	(1.941)	(473)	-	1.626.771
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	25.956	-	9.627	10.262	-	-	45.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

	2022	2021
1. RECEITAS	1.181.333	320.524
Intermediação Financeira	1.167.960	291.879
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	32.663	26.561
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(21.692)	512
Outras Receitas Operacionais	1.922	1.499
Resultados Não Operacionais	480	73
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.058.636	186.589
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	33.154	36.398
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	1.186	1.043
Serviços de Terceiros	31.968	35.355
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	89.543	97.537
5. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.019	932
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	88.524	96.605
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	38.278	18.513
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	38.278	18.513
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	126.802	115.118
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	126.802	115.118
Pessoal	58.714	47.477
Remuneração Direta	50.473	40.205
Benefícios	5.223	4.372
F.G.T.S.	3.018	2.900
Impostos, Taxas e Contribuições	16.250	24.692
Federais	14.469	23.264
Estaduais	-	20
Municipais	1.781	1.408
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.420	2.464
Aluguéis	2.420	2.464
Outras (Doações Filantrópicas)	37	60
Remuneração de Capitais Próprios	49.381	40.425
Juros sobre o Capital Próprio	13.798	11.296
Lucros Retidos dos Semestres	35.583	29.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R\$ MIL) - MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES	49.381	40.425
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	(10.475)	(16.987)
- Depreciações e Amortizações	1.019	932
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(38.278)	(18.513)
- Provisões para Perdas de TVM com Características de Crédito	1.059	1.663
- Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	21.692	(512)
- Provisões para Passivos Contingentes	5.160	611
- Atualização de Depósitos Judiciais	(1.063)	(278)
- Resultado Ativo Fiscal Diferido	(1.960)	1.735
- Resultado Passivo Fiscal Diferido	1.896	(2.625)
(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	2.449.098	(531.748)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	606.391	959.972
Títulos e Valores Mobiliários	2.613.651	16.475
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.799	(10.864)
Relações Interfinanceiras	-	75.727
Operações de Crédito	(319.715)	(1.288.534)
Outros Ativos	(499.588)	(277.409)
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	2.254	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	5.089
Créditos Tributários	9.306	(12.204)
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(345.052)	3.342.022
Depósitos	(682.009)	1.598.925
Operações Compromissadas	(909.703)	(596.449)
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	(96.369)	1.874.441
Relações Interdependências	13.344	(1.635)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	757.504	118.896
Instrumentos Financeiros Derivativos	82.839	35.509
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	(1.527)	(977)
Obrigações Fiscais Diferidas	-	(1.372)
Outros Passivos	495.918	325.723
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.049)	(11.039)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.142.952	2.833.712
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(353)	(918)
Aplicações no Intangível	(456)	(333)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	3.519	2.386
Alienação de Imobilizados de Uso	20	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	(1.658.371)	(326.091)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.655.641)	(324.956)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(10.139)	(10.431)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(10.139)	(10.431)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	477.172	2.498.325
Caixa e Equivalentes no Início dos Semestres	162.261	2.168.852
Caixa e Equivalentes no Final dos Semestres	639.433	4.667.177
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	477.172	2.498.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2022– EM R\$ MIL

1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A (“Banco”) é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente e indiretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Banco possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica).

(b) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 09/08/2022 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 10/08/2022.



As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) o ativo e passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo, iv) evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e, v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

(a) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

(b) Ativos circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nºs 5 e 6). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de



anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 6 “d” e “e”).

(c) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda;

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.



(d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco e para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos financeiros derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Banco com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

O Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fez uso de instrumentos financeiros derivativos em moeda local, classificados como *hedge* de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e passou a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteção das operações de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: para as operações de captação Dólar x DI e Dólar x Libor; e DI x Pré para operações com depósitos interfinanceiros. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 5 destas demonstrações financeiras.

(e) Operações de compra e de venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014:

- I - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
- II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- III - Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.



Na categoria “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios” devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria “operações com retenção substancial dos riscos e benefícios” devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria “operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios” devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

(f) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 17);
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(g) Passivos circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%); contribuição social a) 20% a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019 e b) 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021 retornando a 20% e 15%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021 (convertida na Lei nº 14.183/21); PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 8 “b”).

(i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 “e”);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 “b”); e



- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

(j) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) – decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

(k) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(l) Resultado recorrente / não recorrente: A política interna do Banco considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no 1º semestre de 2022, no montante de R\$ 49.381, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.



3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo em 30/06/2022
Aplicações no mercado aberto : Títulos públicos do tesouro nacional	581.995	-	-	-	581.995
Posição bancada	581.995	-	-	-	581.995
Aplicações em depósitos interfinanceiros	856.474	851.558	6.497.139	1.238.954	9.444.125
- de ligadas	781.137	582.293	6.501.261	1.095.339	8.960.030
- de terceiros	75.337	269.265	-	147.351	491.953
- item objeto de <i>hedge</i>	-	-	(4.122)	(3.736)	(7.858)
Total	1.438.469	851.558	6.497.139	1.238.954	10.026.120
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo em 31/12/2021
Aplicações no mercado aberto : Títulos públicos do tesouro nacional	95.998	-	-	-	95.998
Posição bancada	95.998	-	-	-	95.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	626.731	1.808.298	4.877.059	2.738.427	10.050.515
- de ligadas	575.729	1.736.897	4.876.950	2.734.879	9.924.455
- de terceiros	51.002	71.401	-	11.034	133.437
- item objeto de <i>hedge</i>	-	-	109	(7.486)	(7.377)
Total	722.729	1.808.298	4.877.059	2.738.427	10.146.513

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) Composição da carteira

	30/06/2022	31/12/2021
Títulos do tesouro nacional	3.094.837	3.642.606
Letras financeiras do tesouro	530.039	1.682.563
Letras do tesouro nacional	725.110	1.477.803
Notas do tesouro nacional	1.839.688	482.240
Ações de companhias abertas	11.274	12.964
Notas promissórias	42.804	44.990
Debêntures	547.212	376.814
Cédulas de produto rural	544.621	314.860
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	56.761	5.990
Certificados de recebíveis imobiliários	19.129	9.235
Certificados de recebíveis do agronegócio	501.274	442.961
Títulos livres	4.817.912	4.850.420
Títulos do tesouro nacional	1.379.648	2.138.117
Letras financeiras do tesouro	66.198	76.394
Letras do tesouro nacional	1.313.450	2.045.821
Notas do tesouro nacional	-	15.902
Debêntures	162.844	317.944
Títulos vinculados	1.542.492	2.456.061
Total - Títulos e valores mobiliários	6.360.404	7.306.481



(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

	30/06/2022					31/12/2021					
	sem data de vencimento	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Valor de custo (i)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado	
Títulos do tesouro nacional	-	19.990	24	1.456.391	-	1.476.405	1.499.259	(22.854)	1.792.284	1.816.102	(23.818)
Letras financeiras do tesouro	-	-	24	1.644	-	1.668	1.669	(1)	11.661	11.661	-
Letras do tesouro nacional	-	19.990	-	1.170.624	-	1.190.614	1.209.290	(18.676)	1.623.409	1.647.340	(23.931)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	284.123	-	284.123	288.300	(4.177)	157.214	157.101	113
Ações de companhias abertas	11.274	-	-	-	-	11.274	13.537	(2.263)	12.964	14.437	(1.473)
Debêntures	-	-	81	15.382	217.240	232.703	232.984	(281)	49.846	50.727	(881)
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	7.014	9.933	16.947	17.014	(67)	4.626	4.798	(172)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	15.506	15.506	15.673	(167)	-	-	-
Títulos para negociação (ii)	11.274	19.990	105	1.478.787	242.679	1.752.835	1.778.467	(25.632)	1.859.720	1.886.064	(26.344)
Títulos do tesouro nacional	-	-	140.468	-	-	140.468	144.462	(3.994)	2.635.161	2.658.499	(23.338)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	1.183.691	1.183.291	400
Letras do tesouro nacional	-	-	140.468	-	-	140.468	144.462	(3.994)	1.451.470	1.475.208	(23.738)
Debêntures	-	-	9.602	-	53.889	63.491	63.198	293	161.997	161.929	68
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	3.623	3.623	3.623	-	9.235	9.235	-
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	102.307	-	102.307	102.307	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	150.070	102.307	57.512	309.889	313.590	(3.701)	2.806.393	2.829.663	(23.270)
Títulos do tesouro nacional	-	-	1.753.536	887.808	216.269	2.857.613	2.857.613	-	1.353.278	1.353.278	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	594.569	-	594.569	594.569	-	563.605	563.605	-
Letras do tesouro nacional	-	-	707.479	-	-	707.479	707.479	-	448.745	448.745	-
Notas do tesouro nacional	-	-	1.046.057	293.239	216.269	1.555.565	1.555.565	-	340.928	340.928	-
Notas promissórias	-	-	8.552	22.828	11.423	42.803	42.803	-	44.990	44.990	-
Cédulas de produto rural	-	22.662	83.823	338.572	99.564	544.621	544.621	-	314.860	314.860	-
Debêntures	-	-	95.433	231.568	86.861	413.862	413.862	-	482.915	482.915	-
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	-	30.777	16.034	9.950	-	56.761	56.761	-	5.990	5.990	-
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	135.602	96.838	59.842	89.738	382.020	382.020	-	438.335	438.335	-
Títulos mantidos até o vencimento	-	189.041	2.054.216	1.550.568	503.855	4.297.680	4.297.680	-	2.640.368	2.640.368	-
Títulos e valores mobiliários	11.274	209.031	2.204.391	3.131.662	804.046	6.360.404	6.389.737	(29.333)	7.306.481	7.356.095	(49.614)

(i) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Os títulos foram classificados nas categorias:

- **"Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda"**: o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

- **"Títulos para negociação"**: os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado, foram registrados sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

- **"Títulos disponíveis para venda"**: os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado foram registrados em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- **"Títulos mantidos até o vencimento"**: classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 4.349.854 (31/12/2021 R\$ 2.644.141).

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no Selic e as ações na CBL.



(c) Composição de títulos vinculados

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vinculados a operações compromissadas	1.456.419	2.363.766
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	19.874	33.540
Títulos dados em garantia de operações de <i>clearing</i> de câmbio	50.431	47.781
Títulos dados em garantia de registro de gravame	13.645	9.108
Títulos dados em garantia em ações judiciais	2.123	1.866
Total	<u>1.542.492</u>	<u>2.456.061</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2022 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap*, *NDF* e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:



(a) Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação:

	30/06/2022			31/12/2021		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado interfinanceiro	129.445	135.382	138.140	90.805	94.597	95.001
Moeda estrangeira	12.330	13.009	13.109	8.330	8.339	9.176
Índices	119.701	141.086	140.697	128.640	140.890	140.673
Posição ativa	261.476	289.477	291.946	227.775	243.826	244.850
Pré	5.663	5.916	6.021	1.663	1.673	1.745
Mercado interfinanceiro	126.368	137.916	138.528	135.307	140.389	140.723
Moeda estrangeira	109.445	109.680	109.360	90.805	95.696	95.890
Índices	20.000	20.461	21.057	-	-	-
Posição passiva	261.476	273.973	274.966	227.775	237.758	238.358
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	15.504	16.980	-	6.068	6.492
Prêmios de opções	-	48	10	-	-	-
Non Deliverable Forward – NDF						
Posições Ativas	1.656.971	1.669.679	1.663.632	491.152	495.590	494.300
Posições Passivas	1.656.971	1.683.371	1.676.581	491.152	498.468	496.798
Exposição Líquida - NDF	-	(13.692)	(12.949)	-	(2.878)	(2.498)
Total			4.041			3.994

Hedge:

	30/06/2022			31/12/2021		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Moeda estrangeira	1.490.225	1.439.585	1.471.474	1.490.225	1.552.300	1.602.053
Posição ativa	1.490.225	1.439.585	1.471.474	1.490.225	1.552.300	1.602.053
Mercado interfinanceiro	1.490.225	1.498.621	1.553.449	1.490.225	1.497.879	1.564.343
Posição passiva	1.490.225	1.498.621	1.553.449	1.490.225	1.497.879	1.564.343
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	(59.036)	(81.975)	-	54.421	37.710

(b) Contratos de futuros:

Negociação:

	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de compra – DDI	1.692	438.666	-	170	47.346	-
Compromissos de venda – DDI	20	(4.988)	-	430	(119.541)	-
Compromissos de compra – DI	480	44.516	-	13.320	1.288.438	-
Compromissos de venda – DI	17.435	(903.570)	-	20.660	(1.714.930)	-
Compromissos de compra – Dólar	390	102.141	-	40	11.161	-
Compromissos de venda – Dólar	2.830	(745.456)	-	730	(205.018)	-
Compromissos de venda – DAP	2.825	(58)	-	1.632	(33)	-
Compromissos de venda – EUP	20	(1.094)	-	68	(4.287)	-
Compromissos de venda – Índices	150	(14.971)	-	55	(40.025)	-
Total - contratos futuros	25.842	(1.084.814)	-	37.105	(736.889)	-

Hedge:

	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	18.230	(1.766.531)	-	15.870	(1.216.054)	-
Total - contratos futuros	18.230	(1.766.531)	-	15.870	(1.216.054)	-



(c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	Ativo					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	18.396	-	18.396	8.732	50.686	59.418
Prêmios de opções	10	-	10	-	-	-
NDF	9.268	-	9.268	5.055	-	5.055
Total	27.674	-	27.674	13.787	50.686	64.473

	Passivo					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	1.416	81.975	83.391	52.926	(37.710)	15.216
NDF	22.217	-	22.217	7.553	-	7.553
Total	23.633	81.975	105.608	60.479	(37.710)	22.769

(d) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Negociação:

	30/06/2022					31/12/2021				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
	Swaps	7.736	4.906	3.695	643	16.980	(1.247)	6.025	1.714	-
Prêmios de opções	10	-	-	-	10	-	-	-	-	-
NDF	(4.875)	(8.074)	-	-	(12.949)	(2.364)	(134)	-	-	(2.498)
Total	2.871	(3.168)	3.695	643	4.041	(3.611)	5.891	1.714	-	3.994

Hedge:

	30/06/2022					31/12/2021				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
	Swaps	-	(4.829)	(33.022)	(44.124)	(81.975)	-	19.471	-	18.239

(e) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º Semestre					
	2022			2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	18.711	(196.619)	(177.908)	3.526	(35.734)	(32.208)
Futuro	67.077	67.533	134.610	48.778	25.104	73.882
Prêmios de opções	(28)	-	(28)	(489)	-	(489)
NDF	3.595	-	3.595	(16.017)	-	(16.017)
Total	89.355	(129.086)	(39.731)	35.798	(10.630)	25.168

(f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:

	1º Semestre					
	2022			2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	1.052	(6.228)	(5.176)	(2.277)	115	(2.162)
Prêmios de opções	(38)	-	(38)	(848)	-	(848)
NDF	363	-	363	(2.592)	-	(2.592)
Total	1.377	(6.228)	(4.851)	(5.717)	115	(5.602)

(g) **Contabilidade de Hedge:** O Banco adotou a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo de operações com depósitos interfinanceiros e risco de taxa de juros mais variação cambial decorrente de



captação no exterior em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações com depósitos interfinanceiros. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, o Banco utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.

(h) Análise de sensibilidade: O Banco realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-los a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Banco e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), a qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Banco não acredita que possam ocorrer.

Exposição	30/06/2022			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	1.642.160	(7.707)	(83.996)	(146.551)
Cupom de Inflação	(71.284)	4.051	17.562	19.153
Bolsa	(3.688)	(914)	1.956	3.949
Câmbio	136.319	5.374	1.313	1.796
Exposição	31/12/2021			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	2.921.348	(16.015)	(158.769)	(276.169)
Cupom de Inflação	32.235	(2.385)	(7.755)	(7.142)
Bolsa	12.964	(2.435)	(2.337)	(4.674)
Câmbio	(228.158)	17	(276)	(314)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Composição da carteira de crédito

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos	1.990.280	2.016.983
Financiamentos	1.682.840	1.349.782
Financiamentos rurais	260	380
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	936.591	446.969
Outros créditos (i)	1.382.773	1.858.915
Total da carteira	<u>5.992.744</u>	<u>5.673.029</u>
Garantias prestadas (ii)	3.231.718	3.077.388
Total geral da carteira	<u>9.224.462</u>	<u>8.750.417</u>

(i) Composto por títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 24/04/2023 à taxa de 6,73% ao ano até 60,07% ao ano no montante de R\$ 1.381.770 (31/12/2021 R\$ 1.792.082), e transações por meio de pagamento no montante de R\$ 1.003 (31/12/2021 R\$ 66.833).

(ii) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação. Os montantes garantidos eram de R\$ 3.169.398 (31/12/2021 R\$ 3.008.748) referente a fianças prestadas e de R\$ 62.320 (31/12/2021 R\$ 68.640) referente a créditos abertos para importação.

O Banco realiza operações de captação através de “letras de crédito do agronegócio” e “letras de crédito imobiliário”, classificadas no grupo “recursos de aceites e emissão de títulos”, conforme descrito na nota explicativa nº 9, lastreadas na data destas demonstrações financeiras, no montante de R\$ 1.731.517 (31/12/2021 R\$ 1.179.307), sendo R\$ 1.135.536 (31/12/2021 R\$ 875.809) por operações de crédito e R\$ 595.981 (31/12/2021 R\$ 303.498) por títulos de crédito (classificados no grupo “títulos e valores mobiliários”).

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Setor Privado				
Rural	36.728	0,6	25.961	0,5
Indústria	2.480.672	41,4	2.425.271	42,7
Comércio	2.049.568	34,2	1.809.774	31,9
Instituições financeiras	11.949	0,2	214.985	3,8
Serviços	1.401.450	23,4	1.190.792	21,0
Pessoas físicas	12.377	0,2	6.246	0,1
Total da carteira	<u>5.992.744</u>	<u>100,0</u>	<u>5.673.029</u>	<u>100,0</u>

(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	30/06/2022				31/12/2021			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	3.097.853	3.303	3.101.156	51,7	3.354.875	4.467	3.359.342	59,2
de 181 a 360 dias	1.482.268	2.803	1.485.071	24,8	877.758	5.699	883.457	15,6
acima de 360 dias	1.394.561	5.948	1.400.509	23,4	1.411.954	16.008	1.427.962	25,2
Total vincendas	5.974.682	12.054	5.986.736	99,9	5.644.587	26.174	5.670.761	100,0
até 60 dias	-	3.533	3.533	0,1	-	885	885	-
de 61 a 180 dias	-	2.126	2.126	-	-	1.383	1.383	-
acima de 180 dias	-	349	349	-	-	-	-	-
Total vencidas	-	6.008	6.008	0,1	-	2.268	2.268	-
Total da carteira	5.974.682	18.062	5.992.744	100,0	5.644.587	28.442	5.673.029	100,0

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2022					31/12/2021				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão(i)		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão(i)	
	A Vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.742.289	-	1.742.289	-	-	2.232.752	-	2.232.752	-	-
A	3.169.526	-	3.169.526	21.990	21.990	2.389.243	-	2.389.243	16.706	16.706
B	892.493	-	892.493	10.029	24.486	808.740	-	808.740	11.553	17.215
C	140.832	-	140.832	5.373	15.217	200.962	-	200.962	6.807	20.653
D	1.969	3.943	5.912	591	1.772	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	12.890	28.442	41.332	20.666	28.883
G	27.573	-	27.573	19.301	27.565	-	-	-	-	-
H	-	14.119	14.119	14.119	14.119	-	-	-	-	-
Total	5.974.682	18.062	5.992.744	71.403	105.149	5.644.587	28.442	5.673.029	55.732	83.457

(i) Inclui provisão para garantias prestadas que estão registradas em contas de compensação.

(ii) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Semestre	
	2022	2021
Saldo inicial do semestre	83.457	61.840
Complemento líquido de reversão	21.692	(512)
Baixas líquidas dos valores recuperados	-	5.089
Saldo final do semestre	105.149	66.417

A provisão atingiu o saldo de R\$ 105.149 (31/12/2021 R\$ 83.457), correspondente a 1,8% (31/12/2021 1,5%) do total da carteira. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de



21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. As provisões constituídas eram R\$ 8.394 (31/12/2021 R\$ 9.004), sendo para fianças prestadas R\$ 8.086 (31/12/2021 R\$ 8.683) e para créditos abertos para importação R\$ 308 (31/12/2021 R\$ 321).

No 1º semestre de 2022 e 2021 não ocorreram créditos amortizados para prejuízo. Ocorreram recuperações no montante de R\$ 920 (1º semestre/2021 R\$ 6.721).

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID-19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, o Banco concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 63.964 (31/12/2021 R\$ 114.344).

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2022 é de R\$ 36.293 (31/12/2021 R\$ 31.920).

(f) Cessão de crédito

Em 2020 o Banco realizou operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume destas transações no ano de 2021 correspondeu a R\$ 763.232. Em 2022 não foi realizado este tipo de operação.

(g) Rendas de operações de crédito

	1º Semestre	
	2022	2021
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	236.212	96.136
Rendas de financiamentos	77.996	37.855
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	920	1.633
Total	315.128	135.624



7. OUTROS ATIVOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira de câmbio (i)	963.365	463.836
Depósitos judiciais	30.266	30.052
Despesas antecipadas	21.221	24.294
Outros	40.628	38.058
Total	<u>1.055.480</u>	<u>556.240</u>
Circulante	1.011.629	524.144
Não Circulante	43.851	32.096
Total	<u>1.055.480</u>	<u>556.240</u>

(i) Carteira de câmbio

	<u>Outros Ativos</u>		<u>Outros Passivos</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Câmbio comprado a liquidar	963.365	463.836	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	3.640	-
Direitos sobre vendas de câmbio	244	-	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	927.085	446.610
Adiantamentos recebidos	(244)	-	-	-
Total	<u>963.365</u>	<u>463.836</u>	<u>930.725</u>	<u>446.610</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>1º Semestre</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	49.317	48.720
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(22.193)	(21.924)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	6.209	5.083
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.635)	164
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9.760)	(2.059)
Créditos amortizados para prejuízo	-	2.289
Equivalência patrimonial	17.225	8.331
Ajustes ao valor de mercado	8.931	(3.668)
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	(1.788)	3.954
Obrigações fiscais diferidas	(1.896)	2.625
Ativo fiscal diferido	1.960	(1.735)
Outros valores	3.011	(1.355)
Imposto de renda e contribuição social	64	(8.295)
Sendo:		
Impostos correntes	-	(9.185)
Impostos diferidos	64	890
Resultado contabilizado	<u>64</u>	<u>(8.295)</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2 "h".



(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	Constituição	Realização / Reversão	30/06/2022
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.668	2.322	(687)	3.303
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	37.556	26.480	(16.720)	47.316
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	20.385	1.970	(182)	22.173
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	34.420	39.891	(56.747)	17.564
Outros créditos tributários (i)	15.376	10.361	(14.034)	11.703
Total - créditos tributários	109.405	81.024	(88.370)	102.059
Obrigações fiscais diferidas	(14.486)	(29.311)	27.415	(16.382)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	94.919			85.677
% Sobre patrimônio líquido	6,0%			5,3%

(i) Composto, basicamente, por provisões com participação nos lucros, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoal.

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2022, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Realização dos créditos tributários	45%	31%	11%	12%	1%

Em 30/06/2022, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 68.456. Em 30/06/2022 e 31/12/2021 todos os créditos tributários estavam ativados.

9. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/06/2022
Depósitos interfinanceiros	2.789.627	-	776.524	-	3.566.151
Depósitos a prazo (i)	1.179.927	2.547.682	1.398.324	3.658	5.129.591
Total de depósitos	3.969.554	2.547.682	2.174.848	3.658	8.695.742
Captações no mercado aberto	1.445.219	-	-	-	1.445.219
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.915.928	2.719.946	3.294.715	276.002	8.206.591
Letras financeiras	1.554.385	2.221.438	3.294.715	276.002	7.346.540
Letras de crédito do agronegócio	361.543	498.508	-	-	860.051
Obrigações por empréstimos no exterior	410.765	807.036	625.215	549.219	2.392.235
Obrigações por repasses do país (ii)	48.021	384.718	352.177	211.105	996.021
Total de depósitos e recursos captados	7.789.487	6.459.382	6.446.955	1.039.984	21.735.808
% Concentração por prazo	35,8%	29,7%	29,7%	4,8%	100,0%



	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	4.097.730	17.552	739.843	-	4.855.125
Depósitos a prazo (i)	1.172.225	1.696.006	1.637.002	17.393	4.522.626
Total de depósitos	5.269.955	1.713.558	2.376.845	17.393	9.377.751
Captações no mercado aberto	2.354.922	-	-	-	2.354.922
Recursos de aceites e emissão de títulos	845.417	3.451.244	3.628.667	377.632	8.302.960
Letras financeiras	576.339	2.817.488	3.607.329	377.632	7.378.788
Letras de crédito do agronegócio	261.340	623.542	21.338	-	906.220
Letras de crédito imobiliário	7.738	10.214	-	-	17.952
Obrigações por empréstimos no exterior	143.009	590.578	334.794	836.985	1.905.366
Obrigações por repasses do país	37.956	230.815	375.569	81.046	725.386
Total de depósitos e recursos captados	8.651.259	5.986.195	6.715.875	1.313.056	22.666.385
% Concentração por prazo	38,2%	26,4%	29,6%	5,8%	100,0%

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 2.022.773 (31/12/2021 R\$ 2.615.918), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3 e na CRT4.

(ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2026 à taxa pré-fixada de 4,50%, pós-fixada de 1,28% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 2,80% até 4,97% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,30% até 1,76% ao ano mais SELIC, e LIBOR pós fixada de 1,20%; Operações de FINAME, com vencimentos até 16/04/2029 à taxa pré-fixada de 0,80% até 8,40% ao ano, pós-fixada de 1,18% até 1,28% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 3,07% até 6,26% ao ano mais TLP-IPC, e pós-fixada de 1,25% até 2,45% ao ano mais SELIC.

10. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e			
	Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
	(a)	(b)	(c)	
Saldo inicial em 01/01/2022	1.911	1.781	12	3.704
(+) Complemento líquido de reversões	-	4.847	248	5.095
(+) Atualização	65	-	-	65
(-) Pagamentos	-	(1.523)	(4)	(1.527)
Saldo final em 30/06/2022	1.976	5.105	256	7.337

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.



As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

O Banco possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/09, no montante de R\$ 1.227 (31/12/2021 R\$ 1.195).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco a este título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 884 (31/12/2021 R\$ 1.349).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no exigível a longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes" e leva em conta as datas esperadas de pagamentos. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram, o montante de R\$ 543 (31/12/2021 R\$ 506), representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

11. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira de câmbio (i)	930.725	446.610
Despesas de pessoal e administrativa	25.609	31.220
Sociais e estatutária	20.871	18.645
Resultado de exercícios futuros	6.921	6.001
Outros	33.929	21.051
Total	<u>1.018.055</u>	<u>523.527</u>
Circulante	1.017.110	522.582
Não Circulante	945	945
Total	<u>1.018.055</u>	<u>523.527</u>

(i) Conforme nota explicativa nº 7 "i".



12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Dividido em 53.482.129 (31/12/2021 53.482.129) ações ordinárias e 35.118.455 (31/12/2021 35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada pelo Banco Central do Brasil em 03/08/2022, aprovou o aumento do capital social para R\$ 778.180 mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 25.956.

(b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei n.º 9.249 de 26/12/1995.

	1º Semestre	
	2022	2021
Lucro líquido dos períodos	49.381	40.425
(-) Reserva legal	(2.469)	(2.021)
Lucro líquido ajustado	46.912	38.404
Juros sobre o capital próprio - valor bruto	13.798	11.296
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(2.070)	(1.694)
Juros sobre o capital próprio - valor líquido	11.728	9.602
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 13.798 (1º semestre/2021 R\$ 11.296), correspondendo ao valor bruto de R\$ 310,23 (1º semestre/2021 R\$ 299,89) por lote de mil ações preferenciais e R\$ 54,35 (1º semestre/2021 R\$ 14,31) por lote de mil ações ordinárias. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Banco em R\$ 6.209 (1º semestre/2021 R\$ 5.083) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

(c) Reserva de lucros

	30/06/2022	31/12/2021
Reserva estatutária - para aumento de capital	561.401	557.555
Reserva estatutária - especial para dividendos	146.246	142.934
Reserva legal	106.114	103.645
Reserva de lucros a realizar (i)	34.444	34.444
Total	848.205	838.578

(i) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No semestre não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros.



(d) Ações em tesouraria – programa de recompra de ações

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 31/03/2019, o Conselho de Administração aprovou o “Programa de Recompra” de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2022 é de 68.300 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 473.

Em 30/06/2022, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,93 e R\$ 8,00, respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 30/06/2022, eram de R\$ 6,19 por ação ON e R\$ 6,57 por ação PN.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo BACEN, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.



	1º Semestre			
	30/06/2022	31/12/2021	2022	2021
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	3.181	3.172	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	3.181	3.172	-	-
Banco Alfa S.A.	3.181	3.172	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros	6.170.403	5.826.725	288.608	64.719
- Controladas	120.496	219.060	8.877	(185)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(90.344)	(86.310)	(4.477)	(795)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	210.840	305.370	13.354	610
- Outras partes relacionadas (1)	6.049.907	5.607.665	279.731	64.904
Banco Alfa S.A.	965.503	962.171	40.992	19.372
Financeira Alfa S.A.-CFI	5.084.404	4.645.494	238.739	45.532
Aplicações (Captações) no mercado aberto	-	-	-	62
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	-	62
Banco Alfa S.A.	-	-	-	62
Operações de Crédito - aquisição de ativos	19.421	87.662	40.592	20.332
- Outras partes relacionadas (1)	19.421	87.662	40.592	20.332
Agropalma S.A.	1.339	1.445	18.854	-
Indústria Xhara	966	1.068	7.771	-
C&C Casa e Construção Ltda.	17.093	84.697	13.966	18.685
Companhia Refinadora da Amazonia	23	-	1	-
Companhia Transamérica de Hotéis	-	452	-	1.647
Negociação e intermediação de valores	(10.145)	1.924	-	-
- Controlada	(10.145)	1.924	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(10.145)	1.924	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(5.093)	(2.209)	-	-
- Controladas	4.361	3.495	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	3.665	3.238	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	696	257	-	-
- Controlador	(3)	(2)	-	-
Pessoa física	(3)	(2)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.970)	(2.353)	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(6.481)	(3.349)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(856)	-	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(854)	-	-	-
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(4.767)	(3.346)	-	-
Pessoa física	(4)	(3)	-	-
Depósitos a prazo	(426.583)	(551.158)	(25.126)	(6.042)
- Controlada	(175.198)	(170.839)	(9.342)	(2.821)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	-	-	-	(2)
Bri Participações Ltda.	(175.198)	(170.839)	(9.342)	(2.819)
- Controlador	(13.078)	(12.408)	(670)	-
Pessoa física	(13.078)	(12.408)	(670)	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(14.374)	(21.170)	(908)	(329)
- Outras partes relacionadas (1)	(223.933)	(346.741)	(14.206)	(2.892)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(60.270)	(62.287)	(3.264)	(591)
Alfa Holdings S.A.	(34.452)	(40.648)	(1.967)	(196)
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(67.591)	(46.683)	(3.123)	(584)
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(30.829)	(21.846)	(1.523)	(36)
Fundação Clemente de Faria	(2.116)	(37.561)	(832)	(503)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	-	(37)
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	(18.345)	(465)	(682)
Pessoa física	(28.675)	(119.371)	(3.032)	(263)
Recursos de emissão de títulos	(574.862)	(463.737)	(28.928)	(12.582)
- Controlada	(198.238)	(187.086)	(11.154)	(2.227)
Bri Participações Ltda.	(198.238)	(187.086)	(11.154)	(2.227)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(18.055)	(9.187)	(809)	(420)
- Outras partes relacionadas (1)	(358.569)	(267.464)	(16.965)	(9.935)
Alfa Holdings S.A.	(29.722)	(28.280)	(1.519)	-
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(8.710)	-	(470)	-
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(110.718)	(105.479)	(5.235)	(2.101)
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	-	-	(6.599)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(64.163)	(60.840)	(3.325)	(350)
Fundação Clemente de Faria	(67.900)	(7.006)	(2.345)	(177)
Pessoa física	(77.356)	(65.859)	(4.071)	(708)
Outras transações (2)	895	803	-	23.558
- Controladas	176	139	-	1
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	126	107	-	1
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	50	32	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	719	664	-	23.557
Banco Alfa S.A.	70	51	-	23.557
Financeira Alfa S.A.-CFI	523	357	-	-
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	1	-	-
Alfa Seguradora S.A.	75	204	-	-
Outras	51	51	-	-



(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2022, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 1.143 (R\$ 1.097 em 2021). No 1º semestre de 2022, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 7.836 (1º semestre/2021 R\$ 9.784).

O Banco não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

(b.1) Em 29/10/2018, o BACEN editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% para a contratação com pessoa jurídica.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2022: Ordinárias 3,703%, Preferenciais 26,280% e do total de ações de 12,652%.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Prudencial") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido se mantenha sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.



O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer (CRO)* que, por sua vez, reporta-se à alta Administração.

Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > *Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.*

Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.



Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

15. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O Índice de Capital para 30/06/2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,03% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.



	Prudencial	
	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência - Nível I	2.708.830	2.647.229
Capital Principal	2.708.830	2.647.229
Patrimônio Líquido	2.738.223	2.673.268
(-) Ajustes Prudenciais	(29.393)	(26.039)
Patrimônio de Referência (PR)	2.708.830	2.647.229
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	19.309.536	18.215.203
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	17.557.911	16.133.729
Risco de Mercado	283.965	744.691
Risco Operacional	1.467.660	1.336.783
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.544.763	1.457.216
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	482.738	364.304
Índice de Basileia	14,03%	14,53%
Capital de Nível I	14,03%	14,53%
Capital Principal	14,03%	14,53%

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30/06/2022, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 10,13% (31/12/2021 10,36%).

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras receitas operacionais

	1º Semestre	
	2022	2021
Dividendos prescritos	808	722
Reversão de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	-	400
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.065	285
Outras	49	92
Total	1.922	1.499



(b) Outras despesas administrativas

	1º Semestre	
	2022	2021
Processamento de dados	(6.697)	(5.672)
Serviços de terceiros	(4.393)	(2.952)
Serviços técnicos especializados	(3.304)	(2.778)
Aluguéis	(2.420)	(2.464)
Serviços do sistema financeiro	(2.876)	(1.611)
Propaganda e publicidade	(1.558)	(585)
Depreciação e amortização	(1.019)	(932)
Comunicações	(778)	(665)
Vigilância e segurança	(773)	(690)
Manutenção e conservação de bens	(345)	(406)
Outras	(2.165)	(1.416)
Total	(26.328)	(20.171)

(c) Outras despesas operacionais

	1º Semestre	
	2022	2021
Equalização e intermediação de contratos	(4.264)	(19.135)
Comissão de fiança	(489)	(272)
Outras	(389)	(150)
Total	(5.142)	(19.557)

(d) Administração de recursos de terceiros: O Banco administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios na data do balanço totalizavam R\$ 5.705.483 (31/12/2021 R\$ 5.365.234).

(e) Contratação de seguros: O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 109.133 (31/12/2021 R\$ 102.245) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2021 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2021 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

(f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/12, informamos que o Banco não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.



17. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Investida	% Participação	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro do Semestre	Qte de ações ordinárias detidas		Qte de cotas detidas	Valor contábil do investimento		Resultado de equivalência patrimonial 1º Semestre	
					ON	PN		30/06/2022	31/12/2021	2022	2021
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.(a)	55,661	178.300	335.555	11.190	12.291.033	8.194.023	-	186.773	182.024	5.445	1.527
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000	161.176	297.622	15.430	8.000.000	8.000.000	-	297.622	285.857	15.431	11.678
BRI Participações Ltda. (b)	99,999	26.868	531.133	17.402	-	-	26.867.343	531.128	513.726	17.402	5.308
Total								1.015.523	981.607	38.278	18.513

(a) O Banco possui participação direta na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. de 55,661% e indireta de 44,324% através da empresa BRI Participações Ltda., perfazendo o montante de 99,985%.

(b) A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (*cash company*), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,324% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 148.731 (31/12/2021 R\$ 144.950).

(c) Os investimentos em sociedades controladas não sofreram alterações no decorrer do semestre.

18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	30/06/2022	30/06/2021
No início do semestre	162.261	2.168.852
Disponibilidades	66.264	3.067
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	95.997	2.165.785
No final do semestre	639.433	4.667.177
Disponibilidades	57.438	7.417
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	581.995	4.659.760
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	477.172	2.498.325

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

19. OUTROS ASSUNTOS

(a) O Banco monitora os efeitos desta pandemia nas suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.



Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

(b) Majoração da Alíquota de CSLL: A Medida Provisória nº1.115 de 28/04/2022, publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União, majora em 1% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras no período entre 01/08/2022 e 31/12/2022.

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
CRC 1SP 232846/O-2



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores
do Banco Alfa de Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alfa de Investimento S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 (b) e nº 6 a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para



perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões da perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito.

Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analisamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, tomadas em conjunto.

Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 (j) e nº 10, o Banco constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação da provisão para demandas judiciais cíveis e trabalhistas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco. Para determinação da provisão para demandas judiciais fiscais, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas considerando a natureza das ações e com base no julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto a mensuração no reconhecimento ou divulgação das provisões relativos a processos, e aderência à leis e regulamentos requer julgamento significativo do Banco.

As premissas utilizadas são formalizadas em políticas internas e visam suportar o cálculo da provisão para eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento utilizado para a estimativa dos valores envolvidos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relativos ao registro das contingências, determinação do risco, cálculo dos valores envolvidos, acompanhamento e encerramento dos processos judiciais.

Por amostragem, avaliamos a adequação dos dados, informações históricas, as premissas utilizadas na mensuração da provisão e das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores e comparamos os

últimos valores constantes da provisão com os valores definitivos dos processos encerrados no período corrente. Adicionalmente, revisamos o cálculo e a suficiência da provisão registrada pela Administração e solicitamos aos assessores jurídicos internos e externos informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas, por meio de cartas de confirmação e comparamos as informações recebidas com a posição analítica de contingências do Banco em relação aos valores envolvidos, natureza da causa, andamento do processo e probabilidade de êxito das ações. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão para contingências relevantes. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos assuntos tributários, cíveis e trabalhistas em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração das demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade



operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC
2SP027683/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0



CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA
Líder: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
CNPJ/ME nº 60.770.336/0001-65 e NIRE nº 35 3 0005322 2

**RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022**

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Embora os efeitos da Covid-19 tenham diminuído, principalmente pela adesão da população ao programa de vacinação, o cenário econômico em 2022 foi afetado pela guerra da Ucrânia, e também, pelo início da elevação dos juros pelo banco central americano (FED) e brasileiro (BACEN), fatos que trouxeram uma série de desafios para o mercado.

- i. O Banco continuou adotando processos de rodízio e home-office para seus colaboradores, visando assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários,
- ii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. O Comitê de Risco, baseado no acompanhamento rotineiro do valor da “perda esperada” realizado pela Diretoria de Riscos, constatou um aumento no nível de PDD, entretanto acredita que ainda será necessário um provisionamento adicional para adequar o nível de reservas para o cenário econômico à frente.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 11 (onze) vezes no período de janeiro a junho de 2022 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.



Controles Internos

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY ("conheça seu"), monitoramento de alertas e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.

Segurança da Informação

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

- I. Monitoramento 24X7 - Resposta a incidentes (SOC), em operação desde 01/2022
- II. Monitoramento e detecção de ameaças (EDR), instalação concluída em 06/2022
- III. Plano de Conscientização, ciclo de 2022 em andamento
- IV. Ferramenta de inspeção de links no e-mail, ativação concluída em 03/2022
- V. Plataforma de compartilhamento de informações sobre segurança cibernética, contratação concluída em 04/2022
- VI. Análise bimestral de incidentes de mercado (Relevantes), em andamento
- VII. Grupo de Trabalho (SI, Riscos e Compliance), reuniões mensais
- VIII. Grupo de Trabalho de Ações Mitigatórias, reuniões semanais
- IX. Outras ações em desenvolvimento para implantação no decorrer de 2022.

Auditoria Externa e Interna

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30.06.2022; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do primeiro trimestre de 2022.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.



Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2022, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Paulo Aluizio Machado de Andrade



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: **(i)** o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; **(ii)** o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2022, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e **(iii)** a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

São Paulo - SP, 10 de agosto de 2022.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

José Antonio Rigobello

Rubens Barletta

Valter dos Santos